

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DO EXERCÍCIO**



SANTA CASA
da Misericórdia

VILA VELHA DE RÓDÃO

2025

INDICE

Pág.

PARTE 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

• Denominação Social/Sede/Contribuinte/Atividade -----	3
• Órgãos Sociais -----	4
1. Introdução/ Respostas Sociais -----	5
2. Enquadramento Institucional -----	6
3. Estratégia de ação -----	7
4. Investimentos em curso -----	11
5. Alienações -----	12
6. Equipamentos-----	12
7. Cooperação -----	14
8. Recursos Humanos - Formação -----	15
9. Atividades Ocupacionais	
• Infância -----	17
• Terceira Idade- Atividades Sociais -----	18
• Terceira Idade- Atividades Lúdicas/ Recreativas/ Espirituais/ Religiosas -----	19
• Terceira Idade- Exteriores/ Intelectual/ Formativa -----	19
• Terceira Idade: Quotidianas e Desportivas-----	20
10. Donativos e Outras Colaborações -----	20
11. Diversos -----	21

PARTE 2 – CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

12. Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025



Handwritten signature and stamp in blue ink, including the name 'P. J. A.' and a date stamp '2025'.

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

Denominação Social: Santa Casa da Misericórdia
de Vila Velha de Ródão

Sede: Rua de Santana, 654
Vila Velha de Ródão
6030-230 Vila Velha de Ródão

Contribuinte: 501 656 227

Constituição: 4 de agosto de 1930

Atividade Principal: Apoio a pessoas idosas com Alojamento



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'P. Silva' or similar, with a date stamp '2023' below it.

ÓRGÃOS SOCIAIS ELEITOS – QUADRIÉNIO 2023/ 2026

Mesa Administrativa

Provedora – Maria Adelina Pina Gonçalves Ferreira Pinto

Vice-Provedor – José Mendes Henriques

Tesoureiro – Abel Manuel Cardoso Correia Mateus

Vogal – Olga Maria Cardoso Pires Fernandes

Vogal – António Belo Fernandes

Suplente – José António Pires Figueiredo

Suplente – José Fernandes Mendonça António

Suplente – João Mendes

Assembleia Geral

Presidente- Jorge Alberto Martins Gouveia

Vice-presidente – Leonel Figueiredo Lopes Mota

Secretária – Maria Luísa Carreiro Filipe

Conselho Fiscal

Presidente – Fernanda Maria Ferreira da Silva Neves

Vice-presidente – Paulo Belo Martins

Vogal – Maria José Sobreira Mendonça

Suplente – Mário Gualter Pereira Pinto Cardoso

Suplente – Margarida Marques Antero Sequeira

Suplente – Ana Paula Marques Pequito Ribeiro



RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA DE 2025

(Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias a Mesa Administrativa submete à apreciação da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão o Relatório de Atividades e Contas do Exercício relativos à Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

1. INTRODUÇÃO

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO foi constituída em 4 de agosto de 1930.

Para além da sua vertente religiosa constitui-se como uma Instituição particular de solidariedade social que tem por objetivo as seguintes atividades:

- a) Assistência à infância, cooperando com as famílias na educação física, intelectual e moral dos seus filhos (Creche e Componente de Apoio à Família);
- b) Apoio à terceira idade, através de alojamento, alimentação, ocupação, convívio, assistência médica e enfermagem (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário);
- c) Assistência à população dela necessitada, em colaboração com os centros de saúde e outras instituições (Cantina Social);
- e) Apoio à população, através de programas de promoção de emprego, apoio a carenciados e outros programas sociais (Fundo Emergência Alimentar a Carenciados), bem como do desenvolvimento de projetos inovadores para a promoção do envelhecimento ativo e autonomia dos seniores.

No decurso do ano de 2025 o número médio de utentes nas respostas sociais foi o seguinte:

0.1 CRECHE

- 46 Crianças

0.2 CAF – Componente de Apoio à Família

- Transporte de crianças – 3 crianças



Handwritten signature and stamp in blue ink. The stamp is a rectangular box containing the number '5' and a signature.

0.3 CENTRO DE DIA

- 5 Idosos, em Vila Velha de Ródão

0.4 ERPI - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

- 60 Idosos, no Lar I
- 28 Idosos, no Lar II
- 20 Idosos, na Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso (Lar III)

0.5 CANTINA SOCIAL

- 3 Beneficiários

0.6 APOIO DOMICILIÁRIO

- 26 Idosos

2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma associação pública de fiéis que orienta a sua missão para a promoção de respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis, desde a Infância à Velhice, realizando ainda atos de culto católico.

Para atender à sua missão, a SCMVVR tem vindo a desenvolver e a melhorar várias respostas sociais que contribuem para o bem-estar físico e social dos clientes e satisfaçam as suas necessidades.

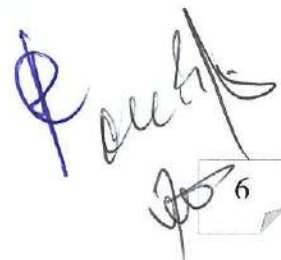
A Visão da SCMVVR assenta na superação das necessidades da comunidade residente no concelho de Vila Velha de Ródão, desenvolvendo serviços de qualidade e de carácter inovador, assumindo-se como uma Instituição de referência.

A SCMVVR tem vindo ainda a concorrer a projetos que têm como principal objetivo beneficiar a comunidade em geral.

Os valores definidos pela SCMVVR assentam em 6 variáveis sendo que a Instituição desenvolve a sua atividade direcionada para as mesmas:

Solidariedade – Apoio a indivíduos dependentes e/ ou isolados, com falta de condições na sua residência ou comprovada ausência de apoio familiar.

Qualidade – Promoção da melhoria constante dos serviços prestados, cumprindo todos os padrões de qualidade.



Handwritten signature and stamp in the bottom right corner. The signature is in blue ink and appears to be 'P. ...'. Below it is a rectangular stamp with a grid pattern and the number '6' in the bottom right corner.

Inovação – Introdução constante de novas ferramentas e métodos de trabalho que visam um serviço de excelência.

Igualdade – Tratamento de igualdade, fraternidade e respeito pela individualidade de cada um e privacidade na intimidade.

Espiritualidade - Assistência religiosa de acordo com as práticas do culto católico, respeitando outras crenças religiosas.

Inclusão social – Promoção da integração social na comunidade através do relacionamento entre familiares, amigos, colaboradores da Instituição, de acordo com os seus interesses.

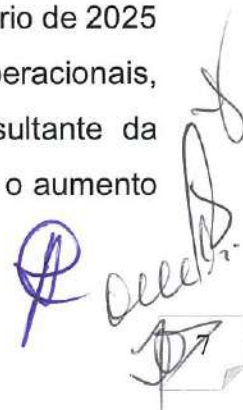
A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão tem ainda como principal objetivo a promoção do respeito pelos direitos dos clientes e demais interessados, assegurando a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento dos serviços prestados, a manutenção dos equipamentos sociais, bem como a promoção da participação ativa dos clientes, famílias, voluntários e restante comunidade nas atividades sociais e culturais promovidas pelos serviços e assistência religiosa, de acordo com as práticas da Igreja Católica.

3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O presente relatório consubstancia as atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia durante o ano 2025. O ano consolidou-se como um período de profundas transformações e realinhamentos na geopolítica global, mudanças na Igreja Católica e novos contornos em conflitos prolongados, com instabilidade nas cadeias de suprimentos e subida generalizada de preços.

A economia portuguesa em 2025 refletiu um cenário de resiliência e crescimento moderado, enfrentando desafios estruturais e continuou a exercer uma pressão crítica sobre o **Setor Social**.

Considerando que este tipo de organizações, vivem de margens financeiras muito estreitas e dependem fortemente de financiamento público e donativos, o cenário de 2025 apresentou desafios significativos pelo aumento contínuo nos custos operacionais, especialmente da alimentação, energia e combustíveis, mas também resultante da atualização do Salário Mínimo Nacional e dos novos acordos coletivos (como o aumento



Handwritten signature and stamp in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

negociado para trabalhadores das IPSS). Foram medidas essenciais e justas para os colaboradores, mas criaram um encargo adicional para as instituições, não compensado pelo Estado.

Embora o Orçamento do Estado para 2025 tenha previsto reforços (como o aumento nas participações financeiras), este valor ficou aquém da inflação real acumulada nos custos de funcionamento e pessoal, forçando muitas instituições a recorrer a fundos de reserva ou a adiar investimentos em infraestruturas.

O recrutamento nas IPSS continua a apresentar desafios únicos que o distinguem do setor privado e público. Embora estas organizações sejam movidas por propósitos sociais nobres, a sua gestão enfrenta obstáculos estruturais que dificultam a atração e retenção de talentos, tendo encontrado nos trabalhadores estrangeiros um pilar fundamental para a sua sustentabilidade e funcionamento. Num país com uma demografia envelhecida, estes profissionais não são apenas "mão de obra", mas agentes essenciais de coesão social, vitais para manter em funcionamento os serviços de apoio social e de outros setores da cadeia produtiva.

Continuamos a verificar uma presença significativa de trabalhadores imigrantes no quadro de pessoal da Santa Casa, mas também da procura de emprego por pessoas não residentes no concelho, cuja continuidade no posto de trabalho é posta em causa, com frequentes desistências do posto de trabalho pela escassez da oferta no mercado de arrendamento local e pela deficiente rede de transportes públicos. Estas circunstâncias, juntas, criam sérios problemas na estabilidade do quadro de pessoal, em que 23% dos trabalhadores residem fora do concelho de Vila Velha de Ródão, sendo que 50% destes são técnicos superiores (dados a 31 de dezembro de 2025). Na mesma data, a Instituição tinha ao serviço trabalhadores de 9 nacionalidades, designadamente, Portugal, França, Brasil, Angola, Venezuela, Colômbia, São Tomé e Príncipe e Ucrânia, sendo que os estrangeiros representavam 32% do total de trabalhadores.

Conforme já descrito, uma das dificuldades principais está relacionada com a dependência de subsídios públicos ou doações variáveis, o que limita a capacidade de oferecer salários competitivos, num contexto onde os gastos com recursos humanos representam a maior fatia dos custos operacionais.

Handwritten signature in blue ink, followed by a blue circular stamp containing a stylized 'S' or similar symbol. Below the signature is a rectangular stamp with the number '8' inside.

Ainda que a maioria dos profissionais da Santa Casa afirmam o salário mínimo nacional (55%) é particularmente sensível ao aumento dos gastos com pessoal, tendo em conta que o cumprimento dos rácios de pessoal tem um impacto direto e significativo, porque obriga à contratação de mais recursos humanos para manter as obrigações legalmente impostas e a qualidade do serviço.

Os gastos com pessoal foram de 64,06% do total de gastos operacionais, ascendendo ao valor de 1.753.987,60€ (um milhão, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e sete euros e sessenta cêntimos). Face ao ano de 2024, verifica-se um aumento da despesa com o pessoal de 48.205,04€ (quarenta e oito mil, duzentos e cinco euros e quatro cêntimos), o que representa uma variação de 2,83%. Para este aumento contribuiu, significativamente, a atualização do salário mínimo nacional e o pagamento de retroativos.

A Portaria de Extensão do Contrato Coletivo de Trabalho e suas alterações entre a UMP e a Federação Nacional da Educação (FNE) e outros (Portaria n.º 310/ 2025/1, de 11 de setembro) implicou o pagamento de retroativos aos trabalhadores não sindicalizados, bem como aos trabalhadores filiados em sindicatos que não outorgaram IRCT e não deduziram oposição à extensão, referentes à aplicação da tabela salarial e demais cláusulas de natureza pecuniária, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 41, de 08 de novembro de 2024, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024.

Como facilmente se entenderá, a gestão de Recursos Humanos deixou de ser uma mera função administrativa (processamento de salários e contratos) para se tornar o motor da sustentabilidade e da qualidade do serviço. Num setor onde o "produto" é o cuidado humano, as pessoas não são apenas um custo, mas o ativo estratégico principal.

Para além da Portaria supra, foram ainda publicados:

- ✓ A Portaria n.º 308/2025/1, publicada em 11 de setembro de 2025 – Portaria de extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a UMP e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e outros;
- ✓ A Portaria n.º 310/2025/1, publicada em 11 de setembro de 2025 – Portaria de extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a UMP e a federação Nacional da Educação (FNE) e outros;



- ✓ A Portaria n.º 311/2025/1, publicada em 11 de setembro de 2025 – Segunda alteração à Portaria n.º 260/2022, de 28 de outubro, que determina a extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS);
- ✓ A Portaria n.º 312/2025/1, publicada em 11 de setembro de 2025 – Alteração à Portaria n.º 259/2022, de 27 de outubro, que determina a extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a CNIS e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) e outros.

Para além do aumento dos custos com o pessoal, outras componentes do custo do serviço prestado mantiveram-se em valores elevados de onde se destaca o fornecimento de refeições aos utentes (contratado à empresa ELIOR), que sofreu um aumento de 32.126,80€ (trinta e dois mil, cento e vinte e seis euros e oitenta cêntimos), o que representa um acréscimo de 9,24% face ao ano anterior.

Como já referimos, a sustentabilidade financeira da nossa Instituição enfrenta riscos significativos devido ao aumento dos custos operacionais, gerando preocupação constante no equilíbrio das contas.

A combinação de inflação, a subida dos encargos com o pessoal e as insuficientes participações da Segurança Social têm tido um impacto direto nos resultados líquidos negativos em anos recentes, em grande parte por responsabilidade do atual modelo de financiamento, que assenta num modelo tripartido (participação da segurança social + participação do utente/ familiar(es) + receitas próprias e donativos).

Considerando que a atividade da nossa Instituição assenta sobretudo na prestação de serviços aos utentes (91,43% do total de rendimentos) esse equilíbrio é mais difícil do que noutras Instituições. Para exemplificar: o custo médio real mensal (Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – 2025/ 2026) de um utente em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é de 1.629,15€ (mil seiscientos e vinte e nove euros e quinze cêntimos) e a participação mensal da Segurança Social é de apenas 666,90€ (seiscientos e sessenta e seis euros e noventa cêntimos), o que representa apenas 40,94% de participação do Estado face ao custo mensal do utente.



Handwritten signature and stamp. The stamp is a rectangular box containing the number '10' and some illegible text.

Sabendo que as comparticipações dos utentes são calculadas com base nos rendimentos do utente (geralmente 75% a 90% do rendimento *per capita*), na maioria das vezes o montante apurado não permite cobrir esse custo médio real. Acresce o facto de que a maior parte das famílias não participa – nestes casos - as despesas dos seus familiares, gerando-se situações socialmente muito complicadas e difíceis de gerir.

Considerando os resultados alcançados em 2025, importa dar continuidade à gestão rigorosa e diversificada, combinando o financiamento público com a sustentabilidade própria, diversificando as fontes de financiamento privado, as parcerias e a angariação de fundos, mas também, do controlo de custos e otimização de recursos, identificando ineficiências e otimizando os processos aquisitivos.

Por último, realçamos que o peso das mensalidades no total de rendimentos tem vindo a decrescer, motivado pela redução do número de utentes nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Em 2024 representavam 50,53% do total de rendimentos e em 2025 passaram a representar 44,28%. As comparticipações da Segurança Social efetuaram o percurso inverso passando a representar 40,41% do total de rendimentos em 2024, para os 46,63% em 2025.

Até final do terceiro ano de mandato dos Órgãos Sociais, eleitos para o quadriénio de 2023-2026, realizaram-se 84 reuniões, avaliando sistematicamente a situação económico-financeira.

De seguida, evidenciam-se as atividades e investimentos mais relevantes no ano de 2025, submetendo o presente relatório à apreciação e votação da Assembleia Geral, dando cumprimento à alínea c), n.º1 do Art.º 21.º do Compromisso.

4. INVESTIMENTOS EM CURSO

- Não existem investimentos em curso.

Handwritten signature in blue ink, followed by a rectangular stamp containing the initials 'JMD'.

5. ALIENAÇÕES

Procedeu-se à alienação da fração da qual a Santa Casa era possuidora de 1/5 indiviso, denominado por Panasqueira, sito na freguesia de Santo André das Tojeiras, concelho de Castelo Branco. A venda foi efetuada ao Sr. Manuel Ribeiro Barateiro, natural da freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão, casado com Celeste Delgado Henriques Barateiro, que propôs a aquisição da fração da Santa Casa por ser herdeiro dos restantes 4/5, manifestando interesse em deter a propriedade da totalidade do prédio.

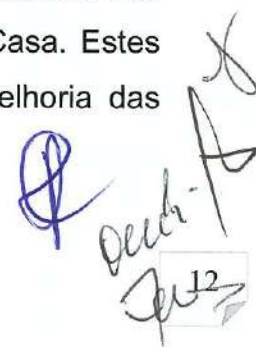
O prédio rústico, está inscrito na matriz sob o artigo 41, seção BU, encontrando-se em zona de serra, ocupado por mato e pinheiros dispersos de pequena dimensão, pelo que a mesa administrativa reconheceu o interesse na venda pelo valor de 500,00€ (quinhentos euros), uma vez que não se destinava ao desenvolvimento da atividade da instituição.

A renovação da frota automóvel foi fundamental para a redução de custos operacionais, permitindo uma maior eficiência energética, menores gastos com manutenção e vantagens fiscais significativas, uma vez que veículos mais modernos consomem menos combustível e apresentam menos avarias, resultando numa utilização mais económica e previsível.

A decisão da renovação das viaturas baseou-se na análise da idade média, quilometragem, histórico de manutenções e no tempo de indisponibilidade dos veículos foram os elementos que estiveram na base da tomada de decisão para a venda da viatura de nove lugares, a gasóleo, da marca e modelo Mercedes Vito, com a matrícula 22-GP-81, adquirida em 2008 (17 anos) e 460.000 quilómetros percorridos, pelo valor de 6.200,00€ (seis mil e duzentos euros) à empresa Island Sentinel Unipessoal, Lda, com sede na freguesia de Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova.

6. EQUIPAMENTO BÁSICO, ADMINISTRATIVO E OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

À semelhança dos anos anteriores, foram efetuados diversos investimentos nas diferentes respostas sociais, que constituem a área de atuação da Santa Casa. Estes investimentos foram efetuados face à importância que representam na melhoria das

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page. Below the signature, the date 'Jul 12' is written in black ink. There is also a small blue circular stamp or mark near the signature.

condições de trabalho e de segurança dos edifícios, foram concretizados através do recurso a receitas próprias, da atribuição de subsídios, bem como ao desenvolvimento de parcerias e donativos, sendo os mais relevantes os seguintes:

AQUISIÇÃO DE:

- Aquisição de uma marmita elétrica (sopa) e de um cortador de legumes, para a cozinha da ERPI “Ernestina Ferreira Pinto”;
- Instalação de ar condicionado na Creche “Francisco Miguéis de Oliveira”;
- Instalação de sistema de renovação de ar na sala de *Snoezelen*;
- Instalação de armazém para pellets e de caleiras no parque de viaturas da ERPI “Ernestina Ferreira Pinto”;
- Instalação de teto falso com isolamento acústico e de pavimento em vinil na sala de *Snoezelen*;
- Aquisição de material diverso para equipar a sala de *Snoezelen*;
- Aquisição de 5 camas articuladas com elevação elétrica;
- Instalação de roupeiros nos quartos da ERPI “Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso”;
- Instalação de sistema de videovigilância nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Serviços Administrativos;
- Viatura elétrica de 9 lugares adaptada para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, da marca e modelo Peugeot E-Expert.

MANUTENÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO DE:

- Remodelação da infraestrutura elétrica da área destinada às atividades de animação sociocultural e da sala de *Snoezelen* da ERPI “Ernestina Ferreira Pinto”;
- Instalação de portas de alumínio nos compartimentos de acesso às tubagens e válvulas de segurança da rede de águas prediais existentes nas instalações sanitárias da ala antiga da ERPI “Ernestina Ferreira Pinto”;

A handwritten signature in blue ink is written over a rectangular stamp. The signature appears to be 'Elechi'. The stamp contains the text 'JEL' and the number '13'.

7. COOPERAÇÃO

- Acordo com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão na área da infância;
- Colaboração com o Centro Desportivo Recreativo e Cultural e da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, através da utilização dos serviços de lavandaria;
- Acordo com a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Castelo Branco, para a realização de estágios curriculares de Animação e Gerontologia;
- Protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar;
- Protocolo de formação celebrado com a AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;
- Participação de elementos da Misericórdia em reuniões da Comissão Local de Ação Social, do Conselho Municipal de Educação, assembleia geral do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, Agrupamento de Escolas, Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Comissão de Promoção e Proteção de Idosos, Secretariado Regional da UMP;
- Participação no Núcleo Distrital da Rede Anti-pobreza (REAPN);
- Protocolo de cooperação para o setor social estabelecido com a Bioteck, SA;
- Protocolo com a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD), do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), para a realização de estágios curriculares, trabalhos académicos e projetos de investigação de todos os cursos ministrados no IPCB/ ESALD;
- Protocolo com a Escola Superior de Tecnologia (EST), do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), no âmbito do projeto “*Mente D’Agente*”.



Handwritten signature and date: 2014

8. RECURSOS HUMANOS - FORMAÇÃO

As Instituições Particulares de Solidariedade Social operam num ecossistema único onde a eficiência na gestão deve equilibrar-se com a humanização do cuidado. Nesse contexto, a formação profissional não é apenas um "custo" ou uma obrigação legal, mas o motor principal para a sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados com o propósito do bem-estar humano, daí que o capital humano é o ativo mais valioso.

A formação garante que as equipas dominem as normas da Segurança Social, protocolos de saúde e higiene, e proteção de dados, pelo que formar auxiliares, técnicos e gestores reflete-se diretamente no atendimento aos utentes, elevando o padrão de cuidado, uma vez que o envelhecimento da população e a complexidade das patologias exigem conhecimentos específicos que só a formação pode suprir.

A formação inicial em contexto de trabalho (FCT) é um pilar essencial na preparação de novos profissionais, pois atua como a ponte decisiva entre o conhecimento teórico e a realidade operacional do mercado, permitindo o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais que são fundamentais para o perfil de desempenho pretendido e facilitando a adaptação às metodologias em prática na Santa Casa, pelo que se assume como uma aposta fundamental na integração dos novos, contando, para esse efeito, com o apoio de toda a equipa.

O Plano de Formação para 2025 foi construído com base num diagnóstico de necessidades real, recorrendo à auscultação dos trabalhadores, registando-se a participação de trabalhadores ações de formação infra:

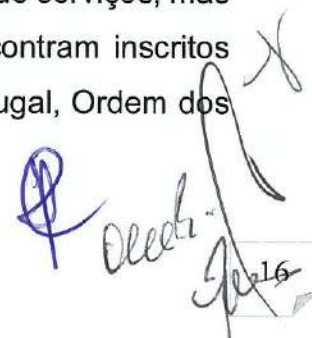
- «FCT - Formação em Contexto de Trabalho», com a duração de 40 horas, abrangendo 28 formandos;
- «Estratégias nas visitas domiciliárias na promoção da justiça social», com a duração de 12 horas, abrangendo 2 formandos;
- «Saúde Mental na 3.ª Idade», com a duração total de 25 horas, abrangendo 14 formandos;
- «Férias, Faltas, Feriados e Processos Disciplinares», com a duração de 8 horas, abrangendo 1 formando;



Handwritten signature and stamp in the bottom right corner. The stamp contains the number 18.

- «Noções Básicas de Primeiros Socorros em contexto pediátrico», com a duração de 6 horas, abrangendo 13 formandos;
- «Prevenção de Acidentes de Trabalho», com a duração de 2 horas, abrangendo 33 formandos;
- «Organização dos Tempos de Trabalho: da legislação à prática», com a duração de 8 horas, abrangendo 2 formandos;
- «Saúde Mental na era digital», com a duração de 50 horas, abrangendo 11 formando;
- «Produtos e aplicações Ecolab», com a duração de 2 horas, abrangendo 6 formandos;
- «Ordem dos Contabilistas Certificados: boas práticas segundo o novo Estatuto», com a duração total de 6h:48m, abrangendo 1 formando;
- «Ordem dos Contabilistas Certificados: Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados e Segurança da Informação», com a duração total de 8 horas, abrangendo 1 formando;
- «Fórum: Erradicação da Pobreza na Terceira Idade: Mentes Ativas, Vidas Dignas», com a duração de 3h:30m, abrangendo 3 formandos;
- «Qualificação e Avaliação dos Fornecedores», com a duração de 3 horas, abrangendo 1 formando;
- «Planeamento e controlo de *Legionella*», com a duração total de 2 horas, abrangendo 2 formandos;
- «Gestão de resíduos e avaliação dos fornecedores», com a duração total de 3 horas, abrangendo 1 formando;
- «Gestão da manutenção da lavandaria e Boas Práticas no tratamento de roupa», com a duração de total de 2 horas, abrangendo 1 formando;
- «Higiene e Manutenção da Cozinha (do HACCP à Higienização)», com a duração de total de 2 horas, abrangendo 1 formando.

A realização das ações de formação esteve a cargo de diversas entidades com quem a Santa Casa possui parcerias, contratos de prestação de serviços, mas também das Ordens Profissionais onde os trabalhadores se encontram inscritos das quais se destacam: ADES – Associação Empresarial do Sabugal, Ordem dos

Handwritten signature and stamp in the bottom right corner. The signature appears to be 'Alecio' and there is a date stamp '16'.

Contabilistas Certificados, Replicar SocialForm, EAPN – Rede Europeia Anti-pobreza, Grupo Medisigma, ATC – Associação Teatro Construção, BRS – Bruno Rodrigues Sousa Unipessoal, Lda e Ecolab.

9. ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O plano de atividades socioculturais serve fundamentalmente para promover a ocupação ativa, o bem-estar físico e psíquico, e a qualidade de vida dos utentes, combatendo o isolamento e a inatividade. Este instrumento de animação sociocultural transforma o idoso num agente ativo, permitindo-lhe manter ou recuperar capacidades, enquanto promove a personalização e a humanização dos cuidados. Para além dos objetivos já referidos, destaca-se a estimulação física e cognitiva, o aumento da autoestima e a valorização pessoal, a promoção da autonomia e a articulação com a comunidade.

Ao longo do ano 2025, desenvolvemos um conjunto de atividades de animação sociocultural, lúdicas, recreativas e religiosas para a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes, definindo metas concretas, avaliadas periodicamente através de relatórios e reuniões técnicas, usando ferramentas como o registo de presenças, relatórios das atividades e a avaliação da satisfação dos utentes.

O objetivo final pretende personalizar os cuidados e garantir que o tempo do idoso na instituição é ocupado de forma ativa, significativa e prazerosa.

O papel das famílias foi fundamental para o sucesso do plano de atividades por atuar como um elo entre a instituição e o bem-estar do indivíduo. A sua participação garante que as atividades não sejam apenas ocupacionais, mas sim significativas e personalizadas.

Infância

- Passeios ao exterior (jardim, biblioteca e parque das feiras);
- Celebração de dias temáticos (Música, Pijama, Abraço, Obrigado, Afetos, por entre outros);
- Participação no desfile de Carnaval;
- Comemoração dos Santos Populares;



Handwritten signature and date: 2025/01/17

- Realização de atividades de motricidade e de música, com a colaboração da psicomotricista da Instituição e em colaboração com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;
- Realização de Intercâmbios com o Jardim de Infância;
- Realização da Festa de Natal;
- Comemoração do Dia da Família, com a participação das famílias das crianças em atividades;
- Passeio convívio com os pais das crianças (Portugal dos Pequeninos);
- Atividades no parque exterior da Creche, com jogos de água;
- Festa de Encerramento do Ano Letivo, com a participação das famílias.

Terceira Idade

Atividades Sociais

- Comemoração do Dia de Reis (cantar as janeiras, em colaboração com a Tuna da Academia Sénior e o Agrupamento de Escolas);
- Visita do Grupo 23 de Queluz da Associação dos Escoteiros de Portugal;
- Dia do Puzzle (estimulação cognitiva com puzzles);
- Dia da Fotografia (sessão fotográfica);
- Dia Internacional do Idoso (almoço intergeracional);
- Dia do Pão (confeção de pães em forno de lenha);
- Dia do Amigo;
- Dia do Turismo;
- Dia do Sonho;
- Dia do Chocolate;
- Dia Mundial da Rádio
- Carnaval (baile de mascarados);
- Dia da Mulher (tratamentos estéticos e sessão fotográfica);
- Dia do Pai e da Mãe (oferta de lembranças);
- Magusto (realização do tradicional Magusto);
- Gravação de vídeos sobre o Natal;



Handwritten signature and stamp in the bottom right corner. The signature is in blue ink and appears to be 'Alcê'. Below it is a rectangular stamp with the number '18' inside.

- Dia da Árvore (plantar árvores);
- Comemoração dos Santos Populares (participação no Arraial de Santo António com o envolvimento das famílias).
- Comemoração da Primavera.

Atividades Lúdicas e Recreativas

- Outras festas comemorativas e temáticas;
- Atividades de Expressão Plástica;
- Atividades de Expressão e Comunicação;
- Atividades de culinária;
- Atividades de jardinagem;
- Atividades desportivas;
- Atividades Intergeracionais (jogos lúdicos com as crianças da Creche e do ATL);

Atividades Espirituais/ Religiosas:

- Páscoa – entrega de chocolates;
- Comemoração das Aparições de Fátima – visualização via TV das cerimónias Religiosas de Fátima;
- Rezar o Terço;
- Cerimónia das Cinzas (4.ª feira de cinzas);
- Missas diversas – celebradas pelo pároco António Escarameia;
- Festa de Natal (encontro de famílias).

Atividades exteriores:

- Praia fluvial da Aldeia Ruiva;
- Pesca recreativa, em barragem;
- Apanha da azeitona;
- Visita às aldeias do concelho;

Intelectual/ Formativa:

- Jogos/atividades de estimulação cognitiva;
- Jogos diversos (tablet, fichas, etc ...)



Handwritten signature and date stamp: 19

Atividades Quotidianas:

- Cuidados de imagem;
- Comunicação com as famílias através de videochamada;
- Colaborar em pequenas atividades da vida diária.

Atividades Desportivas:

- Sessões de movimento- potencializar as capacidades físicas (ginástica, dança sénior, caminhadas, percursos psicomotores).

10. DONATIVOS E OUTRAS COLABORAÇÕES

Os donativos em espécie e/ ou numerário são fundamentais pois garantem a sustentabilidade financeira e permitem a expansão de respostas sociais que o financiamento público e as receitas provenientes da prestação de serviços, por si só, muitas vezes não cobrem

Dessa forma, o apoio concedido pelos parceiros da Santa Casa da Misericórdia pelos quais somos gratos por possibilitarem a aquisição de bens com vista à melhoria das condições dos utentes.

De entre os beneméritos destacamos:

- Bioteck, SA, The Navigator Company, Fernanda Pina Gonçalves, a SPAST – Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, SA (ELIS) e a Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão;
- Várias entidades colaboraram, por outras formas, com a Instituição, destacando-se a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, as Juntas de Freguesia de Perais, de Sarnadas de Ródão e de Fratel, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, a Academia Sénior, o grupo de Voluntários, aos quais a mesa administrativa regista o seu agradecimento.



20

11. DIVERSOS

- Das diversas candidaturas efetuadas a programas de apoio financeiro destinadas à melhoria das do funcionamento das respostas sociais, destacamos:

✓ A aquisição de uma viatura elétrica de 9 lugares adaptada a pessoas com mobilidade reduzida, apoiada pelo programa **Mobilidade Verde Social** (Aviso n.º 12/C03-i01/ 2024, de 01 de abril). O apoio financeiro atribuído pelo programa é de 40.000,00€ (quarenta mil euros), com exclusão do IVA, para a aquisição de uma viatura de passageiros com nove lugares. A viatura foi adjudicada à empresa A. MatosCar Beiras pelo valor de 50.353,97€ (cinquenta mil, trezentos e cinquenta e três euros e noventa e sete cêntimos) + IVA, tendo sido entregue em dezembro de 2025;

✓ ao **Fundo Ambiental** (Aviso n.º 03/C13-i03/ 2024, de 26 de julho), de apoio à concretização de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (2.º Aviso), cuja candidatura apresentada pela Santa Casa se destina à instalação de uma unidade de produção de eletricidade renovável para autoconsumo, sem armazenamento de energia, integrando os edifícios das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e os Serviços Administrativos, constituindo, assim, a sua própria Comunidade de Energia Renovável. O projeto prevê a instalação de 100 painéis, com a potência por módulo de 460Wp, fixados na cobertura da ERPI “Ernestina Ferreira Pinto”, prevendo-se uma redução global de consumo em 64%. O investimento estimado é de 60.700,00€ (sessenta mil e setecentos euros). A operação tinha o início previsto para abril de 2025, encontrando-se ainda a aguardar pela decisão de aprovação;




Handwritten signature and stamp in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is cursive and appears to be 'A. MatosCar'. Below it is a rectangular stamp with the number '21' inside.

✓ mantem-se o desenvolvimento do **Programa de Mobilidade Solidária**, da Fundação EDP que promove o acesso a viaturas 100% elétricas, através do cofinanciamento de *renting*, que inclui 15.000km's por ano, pelo prazo de 36 meses (45.000km's) para utilização no Serviço de Apoio Domiciliário. Salienta-se que houve a necessidade de efetuar uma revisão no contrato de *renting* face ao número de quilómetros percorridos pela viatura até final dezembro de 2025 (99.322km's) o que ultrapassava significativamente o limite de quilómetros abrangidos pelo contrato, o que demonstra a utilização intensiva que a mesma tem tido no Serviço de Apoio Domiciliário, contribuindo significativamente para a redução dos custos com a aquisição de combustíveis de origem fóssil e a consequente pegada carbónica da Instituição. O contrato de *renting* terminará a 17 de maio de 2026, estando previsto avaliar-se, nessa data, se a instituição irá exercer a opção de compra da viatura.

A Santa Casa continua a apostar em projetos de inovação social e de proximidade com a comunidade de que são exemplo:

✓ O projeto **“Criar Banco de Equipamentos”** que consiste na disponibilização de ajudas técnicas a pessoas da comunidade, continuando a revelar-se fundamental para suprir as necessidades das famílias;

✓ O projeto *“Mente D'Agente”*, apoiado pelo **Prémio Fidelidade Comunidade**, teve o seu início em maio de 2024, estando previsto a sua conclusão em maio de 2026. Durante o ano de 2025 foi concluída a fase de construção dos jogos de estimulação cognitiva, tendo sido testados pelos utentes da nossa Instituição e posteriormente cedidos para utilização dos utentes das congéneres (Santas Casa de Castelo Branco, Sobreira Formosa, Proença-a-Nova, Vila de Rei e de Nisa). No início de 2026, os jogos serão utilizados por seniores das freguesias do concelho e pelos utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, culminando com um evento interinstitucional intitulado *“Olimpíadas Cognitivas”*. A viatura ligeira de


22

passageiros 100% elétrica, adaptada para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, cuja aquisição é 100% financiada pelo projeto apenas será entregue em 2026, face aos sucessivos pedidos de adiamento para a sua entrega pela empresa A. MatosCar Beiras. Um dos pontos altos associados ao projeto, foi o convite endereçado ao prof. Paulo Gonçalves, docente da Escola Superior de Tecnologia, do Instituto Politécnico de Castelo Branco, entidade parceira responsável pelo desenvolvimento dos jogos, para participação no Encontro Fidelidade Comunidade, que se realizou no dia 11 de novembro de 2025. A sua comunicação deu a conhecer o projeto, perante um grupo alargado de organizações candidatas à 6.ª edição do prémio;

- ✓ O projeto *“ESCAPE – Estimulação Sensorial e Cognitiva Aplicada à População Envelhecida”*, apoiado em 31.260,00€ (trinta e um mil, duzentos e sessenta euros) pelo banco **BPI**, **Fundação “La Caixa”**. Durante o ano de 2025 foram efetuadas sessões de estimulação multissensorial com os utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas na sala de *Snoezelen*, com melhoria ao nível da redução da agressividade e regulação emocional e comportamental dos seniores. As sessões centraram-se no relaxamento, procurando transmitir-se sensações de bem-estar, tranquilidade e relaxamento. Nas atividades da vida diária desses utentes verificaram-se ganhos na qualidade do sono dos idosos, diminuição da sintomatologia depressiva e ansiogena, agitação motora e dor, e consequentemente na qualidade de vida. Os resultados foram testados através da aplicação das escalas *“Mini-Mental Test (MMSE)”*, *“Depressão Geriátrica”*, *“Ansiedade Geriátrica”*, *“QOL-AD”* e *“Loneliness Scale 3 Portuguese Version”*. Para além do envolvimento da equipa técnica da Instituição a quem coube dinamizar as sessões de estimulação multissensorial, procedeu-se à contratação de uma psicóloga, através de uma candidatura a estágio profissional de acesso à Ordem dos Psicólogos, com funções de realização das consultas de avaliação dos utentes



Handwritten signature and date: 23

abrangidos pelo projeto. Face ao atraso no início do projeto, que foi concluído em maio de 2025.

- ✓ Foram igualmente atualizadas as participações dos utentes/ famílias, cuja aplicação se prolongará durante ao longo do 2025 para as diferentes respostas sociais para as diferentes respostas sociais, como medida indispensável na aproximação do preço pago pelos utentes ao custo médio por utente, em vaga não participada.
- ✓ A Mesa Administrativa agradece o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores da Instituição, que oferecem aos utentes e demais beneficiários dos serviços, toda a sua disponibilidade para melhorar a qualidade de vida dos utentes, nos cuidados diários prestados e na colaboração na organização e realização das festas da instituição e participação em eventos.

Antes de terminar o presente documento, a Mesa Administrativa regista o seu pesar por todos os irmãos, benfeitores, amigos e utentes da Santa Casa, falecidos durante o ano 2025.

Vila Velha de Ródão, 16 de março de 2026

A Mesa Administrativa

Manoel Alberto J. P.
João Gomes Henriques
Algo Maria Cardoso
António

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE
VILA VELHA DE RÓDÃO**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação.....	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Ativos Fixos Tangíveis	19
5. Ativos Intangíveis.....	20
6. Investimentos Financeiros	21
7. Financiamentos Obtidos	22
8. Inventários	22
9. Rédito.....	23
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
11. Apoios do Governo e subsídios ao investimento	24
12. Benefícios dos empregados	25
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	27
14. Outras Informações	27
14.1. Irmãos	27
14.2. Clientes e Utentes.....	28
14.3. Outros Ativos Correntes	28
14.4. Diferimentos	29
14.5. Caixa e Depósitos Bancários	29
14.6. Fundos Patrimoniais	30
14.7. Fornecedores	31
14.8. Estado e Outros Entes Públicos	31

14.9. Outros Passivos Correntes	32
14.10. Outros Passivos Financeiros	32
14.11. Fornecimentos e serviços externos	33
14.12. Outros rendimentos.....	33
14.13. Outros gastos	34
14.14. Resultados Financeiros	34
14.15. Acontecimentos após data de Balanço	35
14.16. Aplicação de Resultados	35



João
Macedo
Silva

Balanço

SCM VILA VELHA DE RODÃO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501656227
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4 992 933,31	5 118 782,08
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	79,45
Investimentos financeiros	6	18 346,39	18 346,39
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		5 011 279,70	5 137 207,92
Ativo corrente			
Inventários	8	11 298,24	12 169,52
Créditos a receber	14.2	12 979,91	20 155,94
Estado e outros entes públicos	14.8	16 245,82	19 590,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	6 476,18	6 668,69
Diferimentos	14.4	9 620,54	8 897,30
Outros ativos correntes	14.3	33 508,05	38 643,29
Caixa e depósitos bancários	14.5	347 544,97	174 674,79
		437 673,71	280 800,51
Total do ativo		5 448 953,41	5 418 008,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	858 237,48	858 237,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	14.6	64 051,31	64 051,31
Resultados transitados	14.6	82 418,42	204 255,83
Excedentes de revalorização	14.6	2 997 307,60	2 997 307,60
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	835 036,30	835 922,23
		4 837 051,11	4 959 774,45
Resultado líquido do período		200,66	-121 837,41
Total dos fundos patrimoniais		4 837 251,77	4 837 937,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	7 695,66
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	7 695,66
Passivo corrente			
Fornecedores	14.7	157 975,99	137 467,50
Estado e outros entes públicos	14.8	64 534,59	64 527,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	7 695,57
Diferimentos	14.4	19 181,26	11 194,06
Outros passivos correntes	14.9	370 009,80	351 491,12
		611 701,64	572 375,73
Total do passivo		611 701,64	580 071,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 448 953,41	5 418 008,43

Vila Velha de Rodão, 16 de março 2026

Contabilista Certificado
c.c.n.º 44140
Sílvia Lopes

Mesa Administrativa

Handwritten signatures and notes:
Shly + P - O
José F. Lopes
Alicia
Alicia
Alicia

Demonstração dos Resultados por Naturezas

SCM VILA VELHA DE RODAO

Contribuinte: 501656227

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	2.502.733,41	2.317.359,45
Subsídios, doações e legados à exploração	11	59.476,36	86.113,08
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-66.754,35	-105.646,97
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-693.656,64	-613.344,45
Gastos com o Pessoal	12	-1.753.337,72	-1.705.132,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		380,00	2.280,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.12	174.568,13	83.180,47
Outros gastos	14.13	-37.952,44	-9.812,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		185.456,75	54.996,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-184.860,85	-175.119,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		595,90	-120.123,38
Juros e rendimentos similares obtidos	14.14	30,36	9,45
Gastos de financiamento	14.14	-425,60	-1.723,48
Resultados antes de impostos		200,66	-121.837,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		200,66	-121.837,41

Vila Velha de Rodão, 16 de março 2026

Contabilista Certificado
 CC N.º 44140
 Sílvia Lopes

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
 Rua Santana Nº654
 NIF:501 656 227

Mesa Administrativa

[Handwritten signatures and initials]
 5

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade							Total
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Excedentes revalorização	Resultado líquido do período	Euros	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		858 237,48	62 941,78	131 805,37	728 763,04	-	4 438,11	1 786 185,78	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de Resultados			1 109,53	3 328,58		2 997 307,60	(4 438,11)	3 066 429,48	
Excedentes de reavaliação				69 121,88				-	
Correções relativas a períodos anteriores					107 159,19			107 159,19	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	1 109,53	72 450,46	107 159,19	2 997 307,60	(4 438,11)	3 173 588,67	
RESULTADO EXTENSIVO							(121 837,41)	(121 837,41)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Subsídios, doações e legados								(126 275,52)	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024		858 237,48	64 051,31	204 255,83	835 922,23	2 997 307,60	(121 837,41)	4 837 937,04	

Vila Velha de Ródão, 16 de março 2026
CONTABILISTA CERTIFICADO

CCNº 44440

S. Qialopes

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
Rua Santana Nº654
NIF:501 656 227

MESA ADMINISTRATIVA

Augusto
João
Deleite

6

António

Demonstração dos Fluxos de Caixa

SCM VILA VELHA DE RODAO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: (Valores em Euros)


RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 331 114,39	2 301 717,21
Recebimentos de subsídios		53 389,89	0,00
Recebimentos de apoios		1 290 103,17	80 538,55
Recebimento de Donativos		14 688,35	23 288,25
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-927 521,58	-915 018,24
Pagamentos ao pessoal		-1 169 683,76	-1 281 899,41
	Caixa gerada pelas operações	592 090,46	208 626,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-488 892,59	-154 278,37
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	103 197,87	54 347,99
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-15 374,51	-108 608,51
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		6 700,00	3 510,88
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		93 890,08	144 745,18
Juros e rendimentos similares		30,36	9,45
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	85 245,93	39 657,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-15 391,32	-25 695,67
Juros e gastos similares		-182,30	-1 723,48
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-15 573,62	-27 419,15
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		172 870,18	66 585,84
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		174 674,79	108 088,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		347 544,97	174 674,79

Vila Velha de Rodão, 16 de março 2026

Contabilista Certificado

CC N.º 44140
 S: Rialopes

Mesa Administrativa

Alcino + h O
px fundos fundos
Alcino?


Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 180 de 06/08/1930, Série II, com sede em Vila Velha de Ródão. Tem como atividade o Apoio à terceira idade e aos mais jovens, para que possa prosseguir objetivos. Conta com as seguintes valências:

- ERPI “Ernestina Ferreira Pinto” (Lar I)
- ERPI “Lar II”
- ERPI “Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso” (Lar III)
- Centro de Dia de Vila Velha de Ródão
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
- Creche “Francisco Miguéis de Oliveira”
- Componente de Apoio à Família (CAF)
- Cantina Social

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de julho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).



S:819

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



S. L. A.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec. Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem registados bens do património histórico e cultural.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec. Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

3.2.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros que representam participações de capital em entidades em que a Santa Casa da Misericórdia tenha uma influência significativa, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

As participações noutras entidades são valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;

-
- Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

3.2.8. Irmãos:

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Irmãos que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável. Quando se encontrem irmãos com quotas em dívida há mais de 3 anos, estas são desreconhecidas.

3.2.9. Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.10. Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.11. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.13. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.14. Provisões e Passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Exfluxo, englobando benefícios económicos que não sejam remotos. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um Influxo.

3.2.15. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo do seu vencimento ocorrer a mais ou a menos de um ano. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.16. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) as IPSS estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

3.2.17. Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados. Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e

reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Com base no Parecer da Comissão de Normalização Contabilística emitido em 2023 referente ao reconhecimento das participações financeiras resultantes de acordo de cooperação celebrados entre as Entidades do setor não lucrativo e o Estado, a política de reconhecimento das verbas recebidas no âmbito destes acordos passou a ser a seguinte:

- Se a participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), esta participação é contabilizada como prestação de serviços. Anteriormente estas participações eram reconhecidas em subsídios à exploração;
- Se a participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), a mesma é contabilizada como um subsídio à exploração.

Para estes acordos não houve qualquer alteração face à política seguida anteriormente.

3.2.18. Réditos

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da misericórdia. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados.

3.2.19. Juízos de valor que a Mesa Administrativa adotou no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2024							
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Alienados	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo							
Terrenos e recursos naturais	55 225,21	376,64	(178,24)			285 900,00	341 323,61
Edifícios e outras construções	3 404 010,94	66 317,97	-		(1 483,35)	1 737 390,34	5 206 235,90
Equipamento básico	651 808,19	10 619,15					662 427,34
Equipamento de transporte	275 618,56	-	(11 833,33)		-		263 785,23
Equipamento biológico	-	-	-		-		-
Equipamento administrativo	278 006,73	-	-				278 006,73
Outros Ativos fixos tangíveis	74 494,38	-			-		74 494,38
Investimentos em Curso	-	28 501,39					28 501,39
Total	4 739 164,01	105 815,15	(12 011,57)	-	(1 483,35)	2 023 290,34	6 854 774,58
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-		-		-
Edifícios e outras construções	1 479 709,52	139 182,93			1 099,03	(1 044 238,17)	575 753,31
Equipamento básico	635 298,81	10 703,10			(1 931,61)		644 070,30
Equipamento de transporte	213 846,52	21 160,81	(11 833,33)		(413,70)		222 760,30
Equipamento administrativo	218 286,06	1 103,65			-		219 389,71
Outros Ativos fixos tangíveis	71 515,85	1 259,77	-		1 243,26		74 018,88
Total	2 618 656,76	173 410,25	(11 833,33)	-	(3,02)	(1 044 238,17)	1 735 992,50

31 de Dezembro de 2025							
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Doações	Alienados	Abates	Transferências	Correções	Saldo em 31-Dez-2025
Custo							
Terrenos e recursos naturais	341 323,61	-	(500,00)			-	340 823,61
Edifícios e outras construções	5 206 235,90	21 913,54		(42 701,00)	-		5 185 448,44
Equipamento básico	662 427,34	24 248,73		(69 971,18)			616 704,89
Equipamento de transporte	263 785,23	61 935,34	(25 619,84)			(29 873,33)	270 227,40
Equipamento biológico	-	-					-
Equipamento administrativo	278 006,73	629,00		(70 184,82)			208 450,91
Outros Ativos fixos tangíveis	74 494,38	-		(9 568,91)			64 925,47
Investimentos em Curso	28 501,39	-			(28 501,39)		-
Total	6 854 774,58	108 726,61	(26 119,84)	-	(28 501,39)	(29 873,33)	6 686 580,72
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-		-		-
Edifícios e outras construções	575 753,31	145 505,87		(9 519,50)			711 739,68
Equipamento básico	644 070,30	13 269,16		(66 272,30)			591 067,16
Equipamento de transporte	222 760,30	10 164,43	(25 619,84)			(29 873,33)	177 431,56
Equipamento administrativo	219 389,71	1 243,41		(73 882,29)	-		146 750,83
Outros Ativos fixos tangíveis	74 018,88	2 185,61		(9 546,31)	-		66 658,18
Total	1 735 992,50	172 368,48	(25 619,84)	-	-	-	1 693 647,41

As aquisições e ofertas que mais contribuíram para as diferentes rubricas foram as seguintes:

Equipamento Básico:

- Marmita elétrica para cozinha 5.834,80€
- Sala para o Snoezelen 35.407,94€

Equipamento de Transporte:

- Peugeot Traveller 61.935,34€

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	98 128,19	-	-	-	-	98 128,19
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	98 128,19	-	-	-	-	98 128,19
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	96 339,19	1 709,55	-	-	-	98 048,74
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	96 339,19	1 709,55	-	-	-	98 048,74

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	98 128,19			(6 096,52)	-	92 031,67
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	98 128,19	-	-	(6 096,52)	-	92 031,67
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	98 048,74	79,45	-	(6 096,52)		92 031,67
Propriedade Industrial			-	-	-	-
Total	98 048,74	79,45	-	(6 096,52)	-	92 031,67

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "investimentos financeiros" apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Entregas	Devoluções	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Fundo de Compensação do Trabalho	20 268,06	1 844,92 €	- 4 741,89 €			17 371,09
Fundo Reestruturação do S. Solidário	975,30		-	-	-	975,30
Ativos não coerentes detidos para venda:						-
Total	21 243,36	1 844,92	(4 741,89)	-	-	18 346,39

31 de dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Entregas	Devoluções	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2025
Fundo de Compensação do Trabalho	17 371,09					17 371,09 €
Fundo Reestruturação do S. Solidário	975,30			-	-	975,30 €
Total	18 346,39	-	-	-	-	18 346,39

No exercício findo a 31 de dezembro de 2025 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão detinha registados na rubrica de investimentos financeiros o valor de 18.346,39€ dos quais 17.371,09€ dizem respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho que foi constituído ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto, e 975,30€ Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.



7. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 a rubrica “*financiamentos obtidos*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024			2025		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Bancário CGD		-	-			-
Empréstimo Bancário Montepio	7 695,66	7 695,57	15 391,23	-	-	-
Locações Financeiras			-			-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	7 695,66	7 695,57	15 391,23	-	-	-

O empréstimo registado nas contas da Instituição até 31 de dezembro de 2025, era referente a uma linha especial de apoio para fazer face a despesas inerentes à pandemia Covid 19 contraído no Montepio Geral em que nesta data está totalmente amortizado.

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17 466,99	100 349,50	-	12 169,52	107 425,00	(41 541,93)	11 298,24
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	17 466,99	100 349,50	-	12 169,52	107 425,00	(41 541,93)	11 298,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				105 646,97			66 754,35
Variações nos inventários da produção				-			-

O Inventário de 2025 sofreu reclassificações e regularizações no valor de 41.874,93€, tendo em conta que o bem (fraldas) passou a ser registado na conta 2780606 de acordo com a recomendação do Departamento de Fiscalidade do Instituto da Segurança Social, IP resultante da Ação Inspetiva realizada em janeiro de 2012.

9. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos.

Descrição	2024	2025
Vendas	220,00	110,00
Prestação de Serviços	2 317 139,45	2 502 623,41
Quotas dos utilizadores (Mensalidades)	1 257 676,65	1 212 008,36
Prestação Serviços ISS	1 005 785,74	1 272 212,36
Quotas e Jóias	5 297,90	5 091,90
Descontos e Abatimentos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Serviços secundários		220,00
Outras Prestações de Serviços	48 379,16	13 090,79
Juros	9,45	30,36
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	2 317 368,90	2 502 763,77

Na rubrica de outras prestações de serviços incluem-se a prestação de serviços ao Município de Vila Velha de Ródão (2.695,00€), Serviços de enfermagem (1.854,05€), Outros serviços e fornecimentos (987.69€) e recebimentos da Segurança Social -Cantina Social e PAC (7.554.05€).

Em Rédito está incluída a comparticipação da Segurança Social, que em 2025 totalizou 1.272.212,36€.

O número médio de utentes da Entidade em 2025 foi de "199" e em 2024 foi de "191" repartidos da seguinte forma

VALÊNCIAS	2024	2025
Lar I	64	60
Centro de dia de V. V. Ródão	5	5
Lar II	30	28
Lar III	20	20
Apoio Domiciliario	26	26
Creche	46	46
CAF	5	3
Cantina Social	3	3
Centro de Dia de Perais		
TOTAL	199	191



10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No ano económico de 2025 não foram constituídas novas provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

11. Apoios do Governo e subsídios ao investimento

A 31 de Dezembro de 2025 a Entidade reconheceu na demonstração dos resultados os seguintes subsídios à exploração do Governo e Outras Entidades

Descrição	2024	2025
Apoio da Segurança Social	0,00	0,00
Adaptar Social +		
Apoios de outras entidades (governo)	8 968,62	5 627,31
IEFP	8 968,62	5 627,31
Sub-Total	8 968,62	5 627,31
Apoio de outras entidades	77 144,46	53 849,05
Junta Freguesia de Vila Velha de Ródão		
Município de Vila Velha de Rodao	56 580,45	45 000,00
Projeto Fidelidade Comunidade	17 600,35	8 849,05
Outros	2 963,66	0,00
Doações Heranças e Legados	0,00	0,00
TOTAL	86 113,08	59 476,36

Em 31 de dezembro 2025 a Santa Casa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos pelo governo e outras entidades públicas:

Descrição	ANO	VALOR INICIAL	VALOR LIQUIDO 2024	SUBSIDIO RECONHECIDO 2025	VALOR LIQUIDO 2025
SEG SOC REM COZINHA	2005	30 000,00 €	17 850,00 €	750,00 €	17 100,00 €
SEG SOC SERV ADMINISTR	2005	30 000,00 €	17 850,00 €	750,00 €	17 100,00 €
Sub-Total		60 000,00 €	35 700,00 €	1 500,00 €	34 200,00 €
CMVVR-AMPL COZINHA	2005	29 785,19 €	17 722,26 €	744,63 €	16 977,63 €
CMVVR-SERV ADMINISTRA	2005	15 213,22 €	9 128,05 €	304,26 €	8 823,79 €
CMVVR-SERV ADMINISTRA	2006	1 058,23 €	656,19 €	21,16 €	635,03 €
CMVVR-Central	2024	14 485,13 €	13 760,87 €	724,26 €	13 036,61 €
CMVVR-Instalações Elétricas	2024	15 361,45 €	14 081,33 €	1 280,12 €	12 801,21 €
CMVVR-	2025	27 745,36 €		4 495,01 €	23 250,35 €
Sub-Total		103 648,58 €	55 348,69 €	7 569,45 €	75 524,61 €
LAR II	2000	15 135,49 €	7 492,06 €	378,39 €	7 113,67 €
Ampliação Lar I	2014	296 980,14 €	230 159,62 €	7 424,50 €	222 735,12 €
Sistema AVAC Lar I	2014	28 986,18 €	7 942,21 €	1 913,09 €	6 029,12 €
Sistema det. Incendios lar I	2014	2 893,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Arruamento exterior lar I	2014	32 350,00 €	20 606,95 €	1 067,55 €	19 539,40 €
Posto de transformação	2014	15 275,25 €	6 873,87 €	763,76 €	6 110,11 €
Central termica-MVVR	2019	24 132,00 €	14 488,85 €	1 607,19 €	12 881,67 €
AVAC Lar II	2019	47 615,29 €	28 759,63 €	3 142,61 €	25 617,02 €
AVAC Lar III	2019	34 793,98 €	21 015,57 €	2 296,40 €	18 719,17 €
Rede terra proteção ERPI	2019	864,75 €	345,89 €	86,48 €	259,41 €
Mobiliário- Fundação La Caixa	2020	8 430,00 €	1 194,25 €	1 053,75 €	140,50 €
Feder Requalificação(em Curso)	2023	171 246,69 €	163 540,59 €	4 281,17 €	159 259,42 €
Município-Req (Em curso)	2023	20 015,09 €	19 114,41 €	500,38 €	18 614,04 €
Mob Verde - Aq Viatura Elet. SAD 54	2023	25 000,00 €	17 083,33 €	6 250,00 €	10 833,33 €
Município Viatura Renault	2022	21 250,00 €	9 739,58 €	5 312,50 €	4 427,08 €
Fundação LaCaixa	2022	31 095,35 €	31 095,35 €	4 592,78 €	26 502,57 €
Association Femmes d'Europe	2023	8 000,00 €	6 000,00 €	1 000,00 €	5 000,00 €
Fundação EDP	2024	49 447,04 €	46 974,69 €	4 944,70 €	42 029,99 €
Fidelidade	2024	65 450,60 €	65 450,60 €	0,00 €	65 450,60 €
Subsídio CMVVR	2023	34 733,00 €	32 174,71 €	11 948,62 €	20 226,09 €
Mobilidade Verde PRR 234	2025	40 000,00 €	40 000,00 €	833,33 €	39 166,67 €
Sub-Total		968 591,06 €	770 052,16 €	59 397,20 €	710 654,97 €
Total		1 104 494,20 €	861 100,85 €	68 466,65 €	820 379,59 €

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.



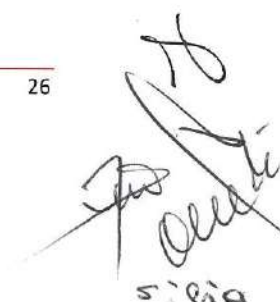
O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo a 31/12/2025 foi de “102” e em 31/12/2024 foi de “103” repartidos da seguinte forma:

VALÊNCIAS	2024	2025
Lar I	53	47
Centro de dia de V. V. Ródão	2	1
Lar II	11	16
Lar III	13	17
Cantina Social	1	1
Apoio Domiciliario	7	4
Creche	9	9
CAF	1	1
Sede	6	6
TOTAL	103	102

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1 305 191,02	1 363 587,07
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	26 718,00	
Encargos sobre as Remunerações	293 408,15	291 137,76
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 967,52	22 761,11
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	67 847,99	75 851,78
Total	1 705 132,68	1 753 337,72

No ano económico findo a 31 de dezembro de 2025, verificou-se um aumento geral nos gastos com pessoal de 48.205,04€, que são decompostos da seguinte forma:



Handwritten signature and stamp, likely representing the responsible officer for the financial statements.

RUBRICAS	2024	2025	DIFERENÇA
63211- Vencimento Base	1 056 386,78 €	1 096 675,83 €	40 289,05 €
632201-Subsidio Alimentação	3 633,79 €	7 727,36 €	4 093,57 €
632201-Horas Extraordinárias	6 756,06 €	3 604,70 €	-3 151,36 €
632203-Subsidio de Turno	57 543,49 €	46 651,64 €	-10 891,85 €
632206-Abono para Falhas	330,48 €	330,48 €	0,00 €
632207-Subsidio de Ferias	85 481,33 €	85 246,80 €	-234,53 €
632207-Subsidio de Natal	81 960,52 €	86 171,60 €	4 211,08 €
6322901-Retroativos	4 648,55 €	27 415,53 €	22 766,98 €
6322902-Feridos	7 839,03 €	4 352,50 €	-3 486,53 €
6322903-Desloações	363,30 €	97,53 €	-265,77 €
6322910-Horas Formação	247,69 €	217,20 €	-30,49 €
6322911 - Ferias não gozadas		5 095,90 €	5 095,90 €
6351-Segurança Social	293 408,15 €	291 137,76 €	-2 270,39 €
6357-Fundo de Gar. Comp. Trabalho			0,00 €
636-Seguro Acid. Trabalho	11 967,52 €	22 761,11 €	10 793,59 €
6381-Indmnizações Despedimento	26 718,00 €	3 167,09 €	-23 550,91 €
6384- Apoio Medico e Medicamentos	813,70 €	0,00 €	-813,70 €
6385-Vestuario e Calçado	2 108,42 €	1 424,94 €	-683,48 €
6386-Formação	698,68 €	1 809,28 €	1 110,60 €
6387-Fornecimento de Refeições	58 831,07 €	59 426,82 €	595,75 €
6388-Outros custos com Pessoal	4 065,32 €	2 039,65 €	-2 025,67 €
6389-Seguro Saude Trabalhadores	1 330,80 €	7 984,00 €	6 653,20 €
TOTAL	1 705 132,68 €	1 753 337,72 €	48 205,04 €

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Irmãos

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31.12.2024	31-12-2025
Ativo		
Quotas	6 668,69	6 476,18
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		-
Perdas por imparidade	-	-
Total	6 668,69	6 476,18
Passivo		
Adiantamentos por conta de quotas (1)		
Total	-	-



14.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31.12.2024	31.12.2025
Clientes e Utentes c/c	20155,94	12979,91
Utentes	20155,94	12979,91
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	8272,55	7892,55
Utentes	8272,55	7892,55
Total	28428,49	20872,46
Perdas por Imparidade do período	10552,55	8272,55
Variação no Período	-2280,00	-380,00
Perdas por Imparidade no fim do Período	8272,55	7892,55
Utentes		
Total	20155,94	12979,91

14.3. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2024	31-12-2025
Outros Devedores		
Adiantamento Pag DUC	418,30	418,30
Sindicatos		19,36
IGFSS	858,75	730,98
Camara Municipal de Vila Velha de Ródão		5 937,57
Mobilidade Verde	7 500,00	12 000,00
Centro 05-4842 FEDER 000310	8 704,16	142,59
Cauções Prestadas-António Lopes Vilela	500,00	500,00
Taxas Moderadoras	196,91	189,54
IEFP	7 919,54	2 247,41
La Caixa	6 252,00	-
Consultas	70,00	70,00
Fraldas		4 716,10
Acréscimos de Rendimentos	3 781,51	3 781,51
Fornecedores Saldos Devedores	2 442,12	2 754,69
Acrescimo de rendimentos		-
Total	38 643,29	33 508,05



14.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2024	31-12-2025
Gastos a reconhecer		
Seguros	8 897,30	5 703,61
FSE		3 916,93
...	-	-
Total	8 897,30	9 620,54
Rendimentos a reconhecer		
Outras Receitas com proveitos diferidos		
Comparticipação Seg Social	-	-
IEFP	2 345,01	3 185,46
Proj Fidelidade Comunidade	8 849,05	
Camara Municipal de VVR		15 995,80
Total	11 194,06	19 181,26

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2024	31-12-2025
Caixa	388,13	838,83
Depósitos à ordem	134 286,66	86 706,14
Depósitos a prazo	40 000,00	260 000,00
Outros	-	-
Total	174 674,79	347 544,97

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.



14.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	62 941,78	1 109,53		64 051,31
Resultados transitados	131 805,37	72 450,46		204 255,83
Excedentes de revalorização		3 066 429,48	(69 121,88)	2 997 307,60
Resultado líquido do exercício	4 438,11		(126 275,52)	(121 837,41)
Outras variações nos fundos patrimoniais	728 763,04	151 283,74	(44 124,55)	835 922,23
Total	1 786 185,78	3 291 273,21	(239 521,95)	4 837 937,04

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	64 051,31	-		64 051,31
Resultados transitados	204 255,83		(121 837,41)	82 418,42
Excedentes de revalorização	2 997 307,60			2 997 307,60
Resultado líquido do exercício	(121 837,41)	200,66	121 837,41	200,66
Outras variações nos fundos patrimoniais	835 922,23	67 745,36	(68 631,29)	835 036,30
Total	4 837 937,04	67 946,02	(68 631,29)	4 837 251,77

Detalham-se a seguir as variações ocorridas nos fundos patrimoniais no ano de 2025:

Resultados transitados:

- Aplicação do resultado líquido de 2024-121.837,41€

Outras variações nos fundos patrimoniais:

- Reconhecimento de Subsídios ao Investimento e doações 68 631,29€
- Subsídios ao investimento imputados a resultados do período 62.492,34€

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica outras variações do capital próprio decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2024	31-12-2025
Subsídios ao Investimento	821265,52	820379,59
Doação	14656,71	14656,71
Total	835922,23	835036,30

14.7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 o saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31.12.2024	31.12.2025
Fornecedores c/c	137 467,50	157 975,99
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	137 467,50	157 975,99

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	31-12-2025
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	19 590,98	16 245,82
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	19 590,98	16 245,82
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	392,51	112,89
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	5 619,25	4 785,00
Segurança Social	58 045,67	59 166,65
Outros Impostos e Taxas	470,05	470,05
Total	64 527,48	64 534,59

A santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem dívidas ao Estado em situação de mora.

14.9. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	31.12.2024	31.12.2025
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	817,62	64 270,95
Credores por acréscimos de gastos	252 819,80	215 940,52
Acrescimo de ferias sub ferias e encargos	248 687,00	210 322,43
Acrescimos FSE's	4 132,80	5 618,09
Pessoal	-	2 911,40
Outros credores	97 828,70	86 771,16
Descontos judiciais a entregar\ contencioso	2 559,64	2 223,43
Sindicatos	103,96	409,01
Adiantamento por conta de medicamentos	5 153,38	4 982,10
Adiantamento por conta de ambulancia	1 227,89	961,95
Multas	2 806,00	-
Cauções de utentes	82 571,03	74 610,30
Irmãos com adiantamento de quotas		-
Adiantamentos por conta de consultas médicas		
Contencioso	300,00	300,00
Outros descontos autorizados	401,24	418,46
Outros		8,00
Consultores		2 806,00
Saldos Credores Irmãos		25,50
Subsidio ao investimento a Receber		26,41
Saldo Credores Utentes	2 705,56	115,77
Total	351 491,12	370 009,80

14.10. Outros Passivos Financeiros

Não existiam “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2025.



14.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Subcontratos	347 674,93	-
Serviços especializados	112 241,26	118 761,54
Materiais	23 101,61	48 157,88
Energia e fluidos	102 636,41	113 050,70
Deslocações, estadas e transportes	493,24	106,31
Serviços diversos (*)	27 196,60	30 330,36
Comunicação	3 231,94	3 444,80
Seguros	9 455,98	10 667,40
Outros Serviços	14 508,68	16 218,16
Outros encargos com utentes		383 249,85
Total	613 344,05	693 656,64

14.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares	350,00	220,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 561,92	1 399,70
Alienações de AFT	3 510,88	14 112,28
Outros	77 757,67	157 241,15
Corerções relativas a períodos anteriores		52 964,99
Sub investimento/doações/Heranças	44 124,55	62 492,33
Indmnizações Sinistros	8 050,97	9 226,24
Donativa Dinheiro/Especie	18 010,91	27 376,00
Consignação IRS	2 605,67	4 114,79
Animação	536,33	668,03
Outros rendimentos e ganhos	4 429,24	398,77
Devolução Indeminização Pessoal		1 595,00
Total	83 180,47	174 568,13

14.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Taxas/Impostos	850,05	2 836,52
Multas	4 831,00	-
Correções desfavoráveis perdidos anteriores	469,94	33 912,22
Quotizações	770,00	902,51
Juros de Mora	1 268,30	
Outros Gastos e Perdas	1 623,20	-
Descontos Pronto Pagamento		0,02
Gastos em Investimentos		0,07
Donativos		301,10
Total	9 812,49	37 952,44

14.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2025
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 723,48	425,60
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	1 723,48	425,60
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	9,45	30,36
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	9,45	30,36
Resultados financeiros	(1 714,03)	(395,24)



14.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14.16. Aplicação de Resultados

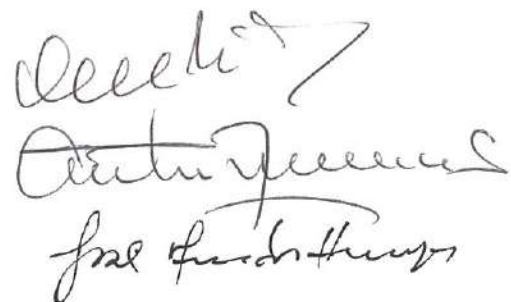
A mesa administrativa propõe que o resultado líquido positivo no valor de 200,66€ apurado no exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, seja transferidos para Resultados Transitados.

Vila Velha de Ródão, 16 de março de 2026

Contabilista Certificado

CC N.º 44140
Sílvia Lopes

Mesa Administrativa





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em cumprimento do legalmente disposto e no desempenho das funções que lhe estão estatutariamente atribuídas, conforme al. a) do n.º 1 do artigo 31.º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre os documentos que integram a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2025: Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras, subscritos pela Mesa Administrativa.

Os documentos que compõem a Prestação de Contas foram elaborados em concordância com o quadro legal instituído para o Sistema de Normalização Contabilística do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), com o objetivo de apresentarem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade, tendo este órgão acompanhado a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, estabelecendo os contactos que entendeu necessários para análise e acompanhamento das políticas adotadas pela Instituição.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da análise dos documentos apresentados, nomeadamente o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, que incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, reportados a 31 de dezembro de 2025 e respetivos anexos, entendeu o Conselho Fiscal salientar os seguintes aspectos:

A) ENQUADRAMENTO

1. Importa realçar que a versão final das Demonstrações Financeiras, que integram a Prestação de Contas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão para o ano de 2025, foi entregue com algum atraso. Tal circunstância dificultou a realização de uma análise técnica mais aprofundada e rigorosa dos factos patrimoniais ocorridos durante o exercício em causa e nos termos das normas aplicáveis.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

2. As políticas de gestão aplicadas durante o exercício de 2025 foram fortemente condicionadas por uma conjuntura macroeconómica caracterizada por instabilidade económica, social e geopolítico. Neste contexto, marcado pela escassez de recursos, exigiu um permanente ajustamento na gestão, privilegiando a contenção de custos e a otimização dos recursos disponíveis, de modo a atingir os melhores resultados possíveis.
3. Após a data de relato, em 31 de dezembro de 2025 registaram-se novos desenvolvimentos no panorama geopolítico internacional, com destaque para o agravamento da instabilidade nos mercados energéticos e nas cadeias de abastecimento. Estes fatores têm vindo a provocar aumentos significativos nos preços de bens e serviços essenciais. Prevê-se que tais efeitos se reflitam de forma relevante no exercício económico de 2026, designadamente através do incremento das despesas correntes com energia, combustíveis, matérias-primas e mão-de-obra.

B) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Da análise da Demonstração de Resultados por Natureza verifica-se o apuramento de um resultado líquido do exercício positivo de **200,66€**, consequência dos resultados operacionais positivos de **595,90€** e dos resultados financeiros negativos de **395,24€**.

Os Gastos Operacionais sofreram um acréscimo, face à execução do ano anterior, em cerca de 128 mil euros (4,89%), atingindo em 2025 o valor de 2.736.562,00€. O maior acréscimo em valor verificou-se na rubrica fornecimentos e serviços externos, rubrica que passou a representar 25,35% dos gastos operacionais, atingindo, em 2025, o valor em cerca de 694 mil euros. Os Gasto com Pessoal, rubrica que representa o maior peso na estrutura desta natureza de gastos (64,07%) sofreram, igualmente, um acréscimo em cerca de 48 mil euros, atingindo o valor de 1.753 mil euros. Os gastos/reversões de depreciações e de amortizações, que representam 6,76% dos gastos operacionais, sofreram um ligeiro acréscimo de 10 mil euros (5,56%), passando a apresentar o valor de 185 mil euros. Os outros gastos e perdas, sofreram a maior variação percentual (286,78%), contudo, face ao seu peso nesta estrutura de gastos, esta variação correspondeu a um aumento em cerca de 28 mil euros, passando esta rubrica a apresentar o valor de 38 mil euros. Contrariamente, a rubrica custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas sofreu um decréscimo face ao ano transato, em cerca de 39 mil euros (-36,81%), passando estes a representar 2,44% dos gastos operacionais e a registar o valor de 67 mil euros. Os

2
R.
elfox



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

gastos e perdas financeiros sofreram um decréscimo em relação a 2024 (-75,31%), passando a registar o valor de 425,60€.

As vendas e serviços prestados, rubrica com maior peso na estrutura de rendimentos (91,44%), sofreu um significativo acréscimo em cerca de 185 mil euros (8,00%), atingindo esta conta, em 2025, o valor de 2.503 mil euros. Do mesmo modo, a rubrica outros rendimentos e ganhos, sofreu o maior acréscimo face ao ano transato (109,87%), passando a representar 6,38% dos rendimentos operacionais e a registar o valor de 175 mil euros. Contrariamente a rubrica subsídios, doações e legados à exploração, sofreu um decréscimo em cerca de 27 mil euros (-30,93%), passando a registar o valor de 59 mil euros e a apresentar o peso de 2,17% nesta estrutura dos rendimentos. As restantes rubricas não tiveram expressão na estrutura dos rendimentos.

C) BALANÇO

Da análise do Balanço regista-se um ligeiro acréscimo do Ativo em relação ao ano transato, de 31 mil euros (0,57%), atingindo assim o Ativo o valor de **5.448.953,41€**, tendo contribuído para esta situação o acréscimo do ativo corrente, tendo mesmo o ativo não corrente sofrido um decréscimo. O Ativo não corrente, sofreu um decréscimo, face a 2024, no valor de 126 mil euros (-2,45%), tendo atingido o valor de 5.011 mil euros, representando 91,97% do total do ativo. O Ativo corrente, com um peso de 8,03% no total do ativo, registou um acréscimo em cerca de 157 mil euros (55,87%), passando a apresentar o valor de 438 mil euros, em virtude da rubrica mais significativa nesta estrutura do ativo, a caixa e depósitos à ordem, ter sofrido um acréscimo de valor em cerca de 173 mil euros (98,97%), passando a apresentar o valor de 348 mil euros, tendo mesmo as restantes rubricas sofrido ligeiras reduções.

Os Fundos Patrimoniais registaram um decréscimo face ao ano transato, de 123 mil euros (-2,47%), passando a apresentar um valor de 4.837€, tendo o resultado líquido sofrido um acréscimo de valor idêntico, em cerca de 122 mil euros. Desta forma os fundos patrimoniais apresentaram, em 2025, o valor de **4.837.251,77€**.

O Passivo corrente sofreu um acréscimo, face ao anterior, de 39 mil euros (5,45%), registando o valor de 612 mil euros, por via do acréscimo registado em fornecedores, que sofreram um acréscimo de 21 mil euros (14,92%), passando a registar o valor de 158 mil euros e os outros passivos correntes que registaram um acréscimo, face a 2024, de 19 mil euros (5,27%), apresentando assim o valor de 370 mil euros. Os Passivos não correntes não apresentam qualquer valor em 2025 em virtude de já não existir qualquer empréstimo de médio e longo contratualizado. O Passivo total atingiu assim, em 2025, o valor de **611.701,64€**.

3
elfor



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos do anteriormente exposto, concluímos que:

- A) Os documentos que integram a Prestação de Contas para o ano de 2025, Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras, encontram-se, de um modo geral, elaborados de acordo com o quadro legal aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, respeitando os princípios contabilísticos básicos e as normas geralmente aceites e traduzem a situação económica e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão;
- B) O Conselho Fiscal, confirma o resultado líquido positivo do exercício apresentado na sua demonstração de resultados, no valor de 200,66€ e concorda com a transferência dos resultados líquidos apurados no exercício de 2025 para resultados transitados, proposta no ponto 14.16 do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- C) Face ao exposto, entendeu este Conselho Fiscal que os documentos apresentados reúnem as condições necessárias para a apreciação, obtendo por parte do mesmo o seu **Parecer Favorável**.

Vila Velha de Ródão, 30 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Fernanda Maria Ferreira Silva Neves

Paulo Belo Martins

Maria José Sobreira

ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.448.953,41 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.837.251,77 euros, incluindo um resultado líquido de 200,66 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade apresenta no seu balanço, ativos fixos tangíveis no montante de 4.992.933,31 euros. Conforme mencionado na nossa Certificação Legal das Contas de 2023, do trabalho desenvolvido naquele exercício, concluímos existiam divergências entre o mapa de imobilizado e a contabilidade em cerca de 272 mil euros, cuja origem não foi possível identificar. Em 2024 a entidade procedeu à inventariação dos bens do ativo fixo tangível, tendo em 2025 iniciado as regularização na contabilidade e no programa de imobilizado, processo que continua em curso. Face ao exposto, desconhecemos o impacto que o referido processo possa ter no valor do ativo fixo tangível e nos resultados transitados apresentados e divulgados nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção



ANA SOFIA GONCALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

ANA SOFIA GONCALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Vila Velha de Ródão, 31 de março de 2026



Ana Sofia Gonçalves Belgas, ROC 1523

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161133